



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 30 /93

Dispõe sobre a instituição do Programa de Desenvolvimento Rural do Município de Campos Altos-MG., PRO-RURAL, contendo outras providências.

A Câmara Municipal de Campos Altos-MG, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído, a partir desta Lei, o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL de Campos Altos, com o objetivo de assistir, prioritariamente, os pequenos proprietários rurais no fomento à produção agropecuária no âmbito do território Municipal.

§ 1º - Entende-se por pequenos proprietários rurais para os fins desta Lei, aqueles assim definidos pelo Banco do Brasil S.A., para financiamento de atividades rurais.

§ 2º - O limite de atendimento do PRO-RURAL não excederá de 10 (dez) hectares por proprietário.

§ 3º - As máquinas agrícolas somente, poderão ser utilizadas para a agricultura.

§ 4º - Para participação nas atividades do PRO-RURAL cada proprietário, além do cumprimento integral do Projeto das Cláusulas constantes do Convênio celebrado, se obrigará também:

a) A adquirir por sua conta exclusiva os corretivos reclamados no Projeto respectivo;

b) A contratar, também por sua conta, todo o maquinário indispensável à execução do Projeto, caso não se enquadre na execução prevista no § 4º, infine responsabilizando-se pelos custos correspondentes, recebendo como reembolso do PRO-RURAL o equivalente a 50% (Cinquenta por cento) do valor das horas máquinas de acordo com o Projeto e pesquisas de preço;

Câmara Municipal de Campos Altos

Rubens Takashi Iwano
Presidente

Projeto Lei N.º 30/93



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

c) A manter os órgãos encarregados pela Prefeitura Municipal e/ou nominados no Convênio sempre informados sobre o desenvolvimento do Projeto contratado, inclusive quanto a eventuais anormalidades surgidas na sua execução, possibilitando a todo tempo os meios que possibilitem a plenitude da ação fiscalizadora.

Artigo 2º - Os recursos aplicados pelo PRO-RURAL em cada Projeto serão resarcidos em espécie ou mercadorias, no valor correspondente ao custo de adubo e semente com que se beneficiou, em quantia igual aos menores preços vigentes no mercado, apurados à época do resarcimento pelos Órgãos encarregados pelo Município ou pelo Convênio.

§ 1º - O beneficiário das atividades do PRO-RURAL se obriga a prestar conta da aplicação dos recursos recebidos e sua efetiva obstinação nos moldes do Convênio celebrado, sujeitando-se a todas as exigências dele emanadas, além de possibilitar, a todo tempo, ampla fiscalização dos órgãos encarregados de sua execução, indicados e/ou conveniados pelo Município para mister.

§ 2º - A recusa na prestação de contas e ainda eventuais embaraços criados à fiscalização ocasionará a denúncia do pacto celebrado, ficando o beneficiário obrigado a devolver aos cofres Municipais o valor integral dos recursos recebidos, acrescidos de juros compensatórios de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e atualização monetária.

§ 3º - O atraso no pagamento de obrigação prevista no caput deste artigo implica também no pagamento de juros compensatórios de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e atualização monetária, aplicados sobre o montante devido à época da constituição do devedor em mora.

Artigo 3º - Ocorrendo frustação parcial ou total da safra ou ainda, por motivo de força maior ou caso fortuito, se verificar em face do parecer técnico devidamente apropriado pelos órgãos fiscalizados a inviabilidade de execução do Convênio, o resarcimento dos recursos repassados ao proprietário serão proporcional ao total efetivamente produzido e/ou frutos auferidos em valor correspondente ao menor preço de mercado, apurado para cada item à época do resarcimento.

Artigo 4º - Os valores recebidos em quaisquer das formas previstas nesta Lei serão contabilizados como Receita do Município de Campos Altos.

Câmara Municipal de Campos Altos

Rubens Takashi Iwano
Presidente

Aprovado em 30/93
Projeto Lei N.º

José Adalberto Ferreira
Jesus Cardoso
Luiz Carlos da Costa
Dina Ribeiro
Rubens Takashi Iwano
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Artigo 5º - O Poder Executivo consignará, na Lei Orçamentária anual, os recursos necessários a operacionalização das atividades ' do PRO-RURAL.

Artigo 6º - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto as atividades do PRO-RURAL, ficando desde já autorizado a celebrar Convênio com organismo técnicos e/ou de classe ligados ao setor agropecuário para o estabelecimento de toda política de atendimento do PRO-RURAL, elaboração dos respectivos projetos, normas de fiscalização e outros assuntos que julgar convenientes.

Artigo 7º - Para fazer face às despesas decorrentes das atividades do PRO-RURAL, neste exercício, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional de até o valor de Cr\$3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), podendo para isso anular total ou parcialmente dotações do orçamento vigente, e/ou utilizar' excesso de arrecadação.

Artigo 8º - Revogadas às disposições em contrário, esta ' Lei entra em vigor na data de sua publicação.

-Prefeitura Municipal de Campos Altos-MG., 29 de Julho de 1993.

Vitor Vieira dos Santos
VITOR VIEIRA DOS SANTOS

-Prefeito Municipal-

Camara Municipal de Campos Altos

Rubens Takashi Iwano
Rubens Takashi Iwano
Presidente

Aprovado em 08/07/93

Projeto Lei N.º 30/93



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

O PRO-RURAL pretende implementar ações de apoio ao desenvolvimento agropecuário no nosso Município, em especial junto ' aos pequenos produtores.

Esse Programa vai complementar diversos programas que estão sendo lançados pelos Governos Federal e Estadual.

Os fundos orçamentários previstos representam ' as contra-partidas normais de recursos municipais quando da elaboração' de Convênios.

Atenciosamente,

VITOR VIEIRA DOS SANTOS

-Prefeito Municipal-

Câmara Municipal de Campos Altos

Rubens Takashi Iwano
Rubens Takashi Iwano
Presidente

Aprovado em 08/07/93
Projeto Lei N.º 30/93